



Ata da Reunião da Assembleia de Freguesia da Batalha

N.º 4/2025.

No dia 22 de dezembro de 2025, às 20h30, reuniu-se na sede da Junta de Freguesia da Batalha a Assembleia de Freguesia em sessão ordinária. A sessão foi presidida por Pedro Alexandre Moreira Coelho, secretariado por Filipe Matos e Mariana Cristina Alves da Silva, esta última em substituição de Rita Grosso.

Verificou-se a existência de quórum, tendo estado presentes, além dos membros da mesa acima referidos, Maria Luísa Santos Carvalho Rosa Soares (em substituição de Rita Pinheiro Grosso, que apresentou a sua devida justificação) e Carlos Manuel Clemente Silva pelo PSD; Fernando José Lopes de Oliveira, Leonor Ferreira Faustino, Lenita da Silva Ferreira e Albertino Franco da Conceição pelo BTMI; João Pedro M. Matias Casqueiro dos Santos e Paulo Sérgio Monteiro Santos pelo CDS; Paula Cristina Carvalho Fonseca pelo Chega; e Ricardo António Matias Vala pela IL. Pelo Executivo da Junta de Freguesia, estiveram presentes o Presidente Jorge de Magalhães Oliveira, o Secretário David Filipe de Oliveira Faria, a Tesoureira Helena Isabel Moreira Carvalho e os Vogais Hugo Miguel Pereira Rodrigues e Rute Rita Tomás Duarte.

O Presidente da Assembleia solicitou e obteve autorização para a gravação áudio da reunião, com o propósito exclusivo de auxiliar na elaboração das atas, sendo esclarecido que as gravações seriam eliminadas após a aprovação da ata correspondente.

A ordem de trabalhos iniciou-se respeitando os pontos enviados na respetiva convocatória:

- **Ponto um: Informação escrita do Sr. Presidente sobre a atividade da junta de Freguesia até à data;**
- **Ponto dois: Apreciação e Votação do Orçamento, Plano Orçamental Plurianual, Plano plurianual de Investimentos e Plano Plurianual de Atividades para o ano de 2026;**
- **Ponto três: Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026;**
- **Ponto quatro: Apresentação e votação da Proposta de Autorização Genérica para a assunção de Compromissos Plurianuais;**
- **Ponto cinco: Apresentação e Votação da Celebração de protocolo de Apoio Domiciliário com a Santa Casa da Misericórdia da Batalha;**
- **Ponto seis: Outros assuntos de interesse para a freguesia;**
- **Ponto sete: Intervenção do Público.**

Ordem de Trabalho:

- **Ponto um: Informação escrita do Sr. Presidente sobre a atividade da junta de Freguesia até à data**

O Presidente da Junta apresentou o relatório de atividades, seguindo-se um período de intervenções. Fernando Oliveira (BTMI) questionou os custos associados ao jantar de Natal, especificamente o acréscimo de €8,00 por pessoa para a opção do “menu2”, tendo o Presidente esclarecido que se tratava do custo adicional para permitir a escolha entre um prato de carne e um de peixe.



João Casqueiro (CDS) solicitou esclarecimentos sobre a substituição da colaboradora da Junta tendo em conta o vencimento acordado e as competências atribuídas, o apoio financeiro de €1.000,00 à Associação de Propaganda e defesa da Região da Batalha (APDRB) e a ausência de mais orçamentos para o jantar de Natal. Em resposta, o Presidente do Executivo justificou a contratação da colaboradora, por ser uma pessoa que trabalha à vários anos com a junta que é solicitadora e que auferir €10,00 por hora, justificou o apoio à APDRB pelo risco na quebra de contratos devido à situação económica e que necessitava de cumprir os serviços recentemente acordados e pelas dificuldades financeiras da instituição, referindo que o apoio se destinou à aquisição de equipamentos, cujo orçamento apresentado era de 9 mil euros. Clarificou que o Município só posteriormente é que soube da existência do programa PRR. Admitiu a falha na não apresentação de orçamentos alternativos para o jantar de Natal, comprometendo-se a enviá-los por correio eletrónico.

Fernando Oliveira (BTMI) reiterou a importância do apoio às associações locais, mas recomendou maior rigor nos critérios de atribuição.-----

- Ponto dois: Apreciação e Votação do Orçamento, Plano Orçamental Plurianual, Plano plurianual de Investimentos e Plano Plurianual de Atividades para o ano de 2026

O Presidente da Junta apresentou a proposta de Orçamento para 2026, no valor global de €420.471,72, que incluem €111.655,84 de compromissos anteriormente assumidos. Destacou a continuidade de iniciativas anteriores e a introdução de novas atividades como a câominhada, a celebração do dia internacional do Desporto, projeto de leitura e outros. Informou ainda, da dotação de €20.000,00 para reparações em caminhos.

Ricardo Vala (IL) apontou falta de clareza no Plano Plurianual de Investimentos, questionou a redução de verbas em certas rubricas, expressou preocupação com a diminuição das transferências do Município em €60.000,00 e notou a ausência de rubricas específicas para eventos no Plano de Atividades. O Executivo esclareceu que a redução de verbas municipais se deve à intenção do Município em não manter o protocolo inter-administrativo de €130.500,00. Quanto às atividades, clarificou que foi encaminhado ao contabilista externo da junta um documento com as informações detalhadas para cada evento e que foi com esse documento que o orçamento foi elaborado pelo contabilista à luz das novas diretrizes. A Tesoureira Helena Carvalho explicou que, por diretrizes do Tribunal de Contas, os custos são agora apresentados por natureza de custo e não por evento, dando como exemplo o Festival de Sopas em que o custo do porco é contabilizado numa rubrica e a música contratada é contabilizado noutra rubrica.

Fernando Oliveira (BTMI) discutiu os valores do protocolo inter-administrativo, referindo que o montante de €111.655,84 inscrito se refere a um valor que o executivo deve pagar no presente ano e que não foi no valor de €130.500 porque a obra de alcatroamento nas Brancas não se realizou por falta de autorização dos moradores. Referiu ainda que essas obras ainda eram obrigações de 2024, justificando que a Junta ainda é credora no valor de €130.500. No entender do senhor Fernando Oliveira (BTMI) no orçamento não devia constar o valor de €111.655,85 mas sim o valor de €130.500, isto se o executivo quiser fazer obra. Questionou ainda, a dotação de €6.000,00 para fontes e lavadouros, por ser um valor curto reforçando que o Executivo deveria reforçar a doação por se tratar de um Património Histórico que não se pode deixar morrer.

O Sr. Arquiteto João Casqueiro (CDS) manifestou dúvidas sobre a transparência do orçamento, parecendo-lhe que o Executivo tem a vontade de esconder os custos dos eventos e questionou a alteração nos apoios sociais, nomeadamente a redução no apoio aos Bombeiros de €10.000,00 em 2025 para €5.000,00 em 2026 e o aumento para a Misericórdia. O Presidente do Executivo clarificou que o apoio base aos Bombeiros se mantém em €5.000,00, tendo o valor de 2025 incluído um apoio extraordinário para a aquisição de uma viatura, e que o aumento para a Misericórdia resulta da atualização pela inflação.

Colocado à votação, o ponto foi aprovado por maioria, com 9 votos a favor (PSD e BTMI), 3 abstenções (CDS e Chega) e 1 voto contra (IL). O Sr. Ricardo Vala anunciou a apresentação de uma declaração de voto, anexada à presente ata.-----

- Ponto três: Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026

O presente ponto foi aprovado por unanimidade, mantendo-se inalterado pois o único Recurso Humano ao serviço da Junta é a D. Maria do Céu.-----

- Ponto quatro: Apresentação e votação da Proposta de Autorização Genérica para a assunção de Compromissos Plurianuais

Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos. Sendo convocada uma Assembleia Extraordinária para o seu debate.-----

- Ponto cinco: Apresentação e Votação da Celebração de protocolo de Apoio Domiciliário com a Santa Casa da Misericórdia da Batalha

Após apresentação do ponto, o Senhor Presidente referiu que relativamente o Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia contempla a renovação com um aumento de €50,00 mensais, face aos valores da inflação. O Arquitecto João Casqueiro questionou o facto de o Protocolo não ter data de fim ao qual o Presidente esclareceu mesmo o Protocolo tendo vigência de um ano com renovação automática pode ser sempre anulado por qualquer uma das partes com aviso prévio de 90 dias.

Após votação o ponto cinco foi aprovado por unanimidade.-----

- Ponto seis: Outros assuntos de interesse para a freguesia

O Sr. Ricardo Vala (IL) referiu o envio de quatro sugestões para integrar no Orçamento e que uma – Olimpíadas do Desporto – foi integrada, sugeriu a alteração do Regimento da Assembleia para que se adeque à nova realidade em termos de meios de difusão de comunicação. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho para esse âmbito. Propôs a atribuição do nome de António Lucas a uma rua e a elaboração de relatórios mensais das situações apresentadas na Junta. O Presidente explicou que existe uma App onde as situações são registadas e que permite a monitorização das mesmas.-----

- Ponto sete: Intervenção do Público

A D. Anabela alertou para o estado da fonte da Calvaria de Baixo, ao que o Presidente respondeu que a limpeza será efetuada, logo que possível.

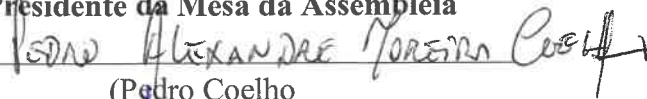
O Sr. Fernando Oliveira afirmou que existiu um grande investimento no lavadouro.

A Dr^a Ana Rita criticou o incumprimento dos prazos para envio de documentação, que parece ser um problema em todas as Juntas do Concelho e mencionou falta de transparência do orçamento, acusando o Executivo da Junta de querer esconder os custos dos eventos.

A Assembleia de Freguesia, usando da faculdade que lhe confere o n^o 3 do artigo 57^o da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta para execução imediata.-----

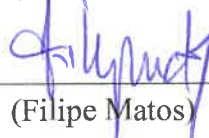
O Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas 23h20. Agradeceu a presença de todos e da qual é lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos membros presentes na Mesa da Assembleia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia



(Pedro Coelho)

O 1^o Secretário



(Filipe Matos)

O 2^o Secretário



(Mariana Silva)